



As mulheres extrativistas da “Associação Aroeira” em Piaçabuçu, Alagoas

Extractivist women from the “Association Aroeira” in Piaçabuçu, Alagoas

Kleciane Nunes Maciel¹; Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco²;
Luciano Celso Brandão Guerreiro Barbosa³;

(1) ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5687-2690>; Mestra, Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), Araras, SP, BRASIL, kleciane.n.maciel@gmail.com;

(2) ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9101-8278>; Professora, Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), soniaberger@yahoo.com;

(3) ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2846-8858>; Professor, Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Campus Sertão, luciano.barbosa@santana.ufal.br.

Todo o conteúdo exposto neste artigo é de inteira responsabilidade dos seus autores.

Recebido em: 28 de fevereiro de 2021; Aceito em: 23 de março de 2021; publicado em 31/05/2021. Copyright© Autor, 2021.

RESUMO: O debate em torno da organização do trabalho de mulheres rurais extrativistas, embora ainda seja incipiente é importante nos estudos contemporâneos, tendo em vista a necessidade de compreender os modos de vida e de organização dessas mulheres e demais grupos sociais que mantêm a economia agroextrativista e fortalecem os projetos de desenvolvimento numa perspectiva da sustentabilidade. Neste contexto, este trabalho busca identificar as estratégias de sobrevivência adotadas pelas mulheres extrativistas organizadas pela “Associação Aroeira” e a importância do trabalho associado neste processo. Trata-se de um estudo de caso, onde foram realizadas entrevistas semiestruturadas, além das observações e anotações registradas em diário de campo. Os resultados demonstram que as mulheres possuem uma lógica reprodutiva baseada nos recursos naturais locais e nas suas múltiplas ocupações, dentre elas a pesca, sua principal atividade, o extrativismo sustentável da pimenta rosa e agroindustrialização de produtos agroextrativistas, bem como, elas organizam suas estratégias socioprodutivas através do associativismo. A Associação, enquanto espaço de organização social e produtiva, viabilizou o trabalho coletivo, a melhoria das condições de produção, a comercialização e a capacitação técnica das extrativistas. Constatou-se também, a importância social atribuída à atuação das mulheres na Associação, posto o maior reconhecimento de sua força de trabalho e a conquista de maior afirmação social, dentro e fora do grupo doméstico.

PALAVRAS-CHAVE: Associativismo, mulheres rurais, Protagonismo feminino, extrativismo sustentável.

ABSTRACT: The debate on the organization of the work of rural extractivist women, although still incipient, is important in contemporary studies, given the need to understand the ways of life and organization of these women and other social groups that maintain the agroextractive economy and strengthen development projects from a sustainability perspective. In this context, this work aims to identify the survival strategies adopted by extractivist women organized by “Association Aroeira” and the importance of associated work in this process. This is a case study, in which semi-structured interviews were carried out, in addition to the observations and notes recorded in the field diary. The results show that women have a reproductive logic based on local natural resources and their multiple occupations, among them, fishing, their main activity, the sustainable extraction of pink pepper and the agro-industrialization of agroextractive products, as well as they organize their socio-productive strategies through associativism. The Association, as a space for social and productive organization, made feasible collective work, the improvement of production conditions, the commercialization and technical training of extractivists. It was also verified the social importance attributed to the performance of women in the Association, given the greater recognition of their workforce and the achievement of greater social affirmation, inside and outside the domestic group.

KEYWORDS: Associativism, rural women, Female protagonism, sustainable extractivism.

INTRODUÇÃO

O associativismo é um movimento de organização social onde as pessoas agem coletivamente no sentido de uma satisfação ou realização de interesses comuns. Estas ações coletivas, por sua vez, são fundadas nas relações de cooperação e a ajuda mútua entre os indivíduos participantes. Para Cotrin (2018) o associativismo é uma forma de união pela qual a sociedade se organiza para solucionar problemas e superar dificuldades do dia a dia, onde a “[...] ação coletiva deve ser apreendida como uma construção social, na qual os diferentes atores estão ligados entre si por uma rede ou um sistema de relações sociais” (HESPANHOL, 2007, p.156).

No contexto rural, as experiências associativas fazem parte de um projeto de organização social entre diversos atores rurais (extrativistas, agricultoras e agricultores, pescadores, povos tradicionais etc.). Estas experiências associativas foram avaliadas no contexto rural, como estruturas organizativas de sociabilidade e reciprocidade (SABOURIN; MILANI, 2009; SABOURIN, 2007; 2014; 2015) e pela perspectiva territorial como instrumento de ações integradas para o desenvolvimento rural por França Filho (2002; 2003).

Na perspectiva de gênero, especificamente, compreende-se o papel do associativismo no enfrentamento e na superação de desigualdades socialmente e culturalmente construídas, que afetam em grande medida as mulheres rurais. Isto porque os espaços de inserção das mulheres rurais, principalmente em grupos produtivos organizados, viabilizam os questionamentos da invisibilidade política, social e econômica em que elas estão imersas, sendo assim, um caminho para a democratização do meio rural (BRUNO et al, 2011).

É possível afirmar ainda que, a partir das diversas iniciativas econômicas coletivas de trabalho, classificadas aqui de “trabalho associado” elas têm participado nas últimas décadas de diversas experiências associativas que vêm conduzindo no meio rural um processo de resistência e de protagonismo diante das suas problemáticas de gênero, e para sua reprodução socioeconômica.

Numa breve análise da literatura, foram identificados alguns estudos de casos que tratam sobre as experiências das mulheres com o trabalho associado, como os trabalhos de Vasconcelos (2015) e Brandão (2016), em que ambas relatam as estratégias de mulheres agricultoras agroecológicas circunscritas no âmbito do associativismo. Mais especificamente o trabalho de Brandão discorre sobre a autonomia, emancipação social e

política das mulheres agricultoras da Associação de Mulheres ‘Resgatando Sua História’ no Sertão Sergipano; também no Nordeste os trabalhos de Castro (2014) e Dantas (2005) versam sobre aprendizagem coletiva na rede de Mulheres Produtoras do Recife/PE e as iniciativas de comercialização e do crédito solidário no âmbito da rede Xique-Xique/RN; Oliveira et al. (2011) e Silva (2014) abordam as experiências de coletivos de mulheres organizados nos assentamentos da reforma agrária na região sudeste; e Barbosa (2007) e França et al. (2015), relatam sobre a experiência de trabalho coletivo, educação ambiental e defesa do território (acesso e preservação da natureza) do grupo de mulheres extrativistas organizadas no Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco do Babaçu (MIQCB) na região Norte.

De acordo com Bruna Vasconcellos (2015), apesar de ainda ser incipiente a literatura existente, os estudos que objetivam analisar as relações de gênero e associativismo têm como centralidade na argumentação dos pressupostos de que as experiências das mulheres com o trabalho associado são:

[...] formas através das quais as mulheres se fortalecem como sujeitos políticos e ampliam os espaços organizativos para gerar uma série de debates sobre a condição das mulheres rurais, discutindo os problemas enfrentados pela pobreza no campo, reforma agrária e as desigualdades das relações de gênero que afetam seu cotidiano. É unânime a referência da literatura ao processo de empoderamento, autodeterminação e ampliação da autonomia das mulheres, invariavelmente citadas como conquistas obtidas a partir dessa experiência (VASCONCELLOS, 2015, p.358).

Deste modo, os trabalhos apontam para o fato de que as mulheres rurais por meio de sua organização social e trabalho associado têm criado melhores condições para viabilização de suas atividades produtivas, assim como, de valorização do seu trabalho, contribuindo com sua inserção social e produtiva, que são relevantes fatores para sua reprodução socioeconômica e de seu grupo doméstico. A partir desta problemática, este trabalho busca identificar as estratégias de sobrevivência adotadas pelas mulheres extrativistas organizadas pela “Associação Aroeira” e a importância do trabalho associado neste processo.

O locus da pesquisa é a referida Associação, um empreendimento solidário, criado em 2011, no município de Piaçabuçu, Alagoas, Nordeste do Brasil. Neste espaço geográfico encontram-se as áreas extrativistas de aroeira-rosa¹. Nesta localidade, assim

¹ São áreas formadas naturalmente da espécie vegetal *Schinus terebinthifolium raddii*, árvore popularmente conhecida como Aroeira-rosa ou aroeira-vermelha nativa da Mata Atlântica e mantidas nas matas ciliares do Rio São Francisco e nos porções remanescentes da Mata Atlântica em Alagoas.

como o grupo de mulheres estudado, vivem populações rurais que detém uma lógica reprodutiva de múltiplas atividades para sua subsistência, a maioria delas sazonais que se complementam, como a pesca, que possui predominância, o extrativismo vegetal (aroeira-rosa, outras sementes, espécies frutíferas, ervas e raízes), e a agricultura de subsistência.

TRAJETÓRIA METODOLÓGICA DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada na “Associação Aroeira” localizada no município de Piaçabuçu, Alagoas no período de 2018 e 2019. As principais envolvidas são as mulheres extrativistas organizadas pela Associação, posto que, embora, a mesma seja mista em termo de gênero, a escolha das mulheres se fez pela maior representatividade no grupo associado e pelo recorte de gênero do estudo. Conforme dados da Associação e registrados em ata, há um quantitativo de 85 membros associados, deste total 83% (77 são do sexo feminino). No entanto, atualmente há somente 30 membros ativos, mas ainda se mantém a predominância de mulheres no grupo, são 25 mulheres atuantes.

Com a finalidade de analisar a experiência destas mulheres rurais extrativistas, considerando as suas ações organizativas e as estratégias de sobrevivência a partir das particularidades do território e realidade em que estão inseridas optou-se, metodologicamente, pelo estudo de caso. Gil (2008) esclarece que o estudo de caso se caracteriza pelo estudo exaustivo e profundo de um ou poucos objetos, o que torna o conhecimento do objeto em estudo amplo e detalhado.

No desenvolvimento do estudo, além da revisão de literatura sobre o tema foram realizadas observações diretas e entrevistas semiestruturadas.

A observação direta é um método útil à coleta de dados primários, utilizada segundo Boni e Quaresma (2005) para conseguir informações sob determinados aspectos da realidade dos quais os indivíduos não têm consciência, mesmo orientando seus comportamentos e que são vistos pela visão do pesquisador. Desta forma, o método de observação direta se apresentou como importante instrumento na coleta de dados no estudo de caso e foi utilizado durante visitas à “Associação Aroeira” e a “Unidade de Beneficiamento Artesanal da pimenta rosa”. Em uma dessas visitas foi possível acompanhar um dia de trabalho e conhecer uma das áreas de coleta extrativista. Estas observações e acontecimentos foram devidamente registrados em diário de campo e

contribuíram para apoiar e confrontar com os dados coletados por meio das entrevistas, posto que “[...] todas as situações vivenciadas pelo pesquisador são de igual importância, cada momento de silêncio ou de fala, manifestações frequentes ou raras, ocasionais ou constantes” (CARVALLHO, 2008, p.42).

As entrevistas são classificadas como relevante método utilizado nos estudos de caso e nas pesquisas com abordagem qualitativa como se apresenta este estudo, uma vez que, para Gil (2008), a entrevista permite melhor compreensão do problema, é possível gerar hipóteses e fornecer elementos para a coleta de dados, ao mesmo tempo, que é utilizada para investigar um tema em profundidade como nas pesquisas qualitativas.

Quanto ao tipo de entrevista utilizado, optamos pela entrevista semiestruturada, por melhor se adaptar aos objetivos, os sujeitos entrevistados e ao contexto da pesquisa. As entrevistas com esse formato são realizadas por meio de um roteiro (formulário de entrevista) com perguntas abertas e fechadas, previamente estabelecidas por algumas linhas de investigação inicial, mas que vão se moldando e se adequando com o desenrolar da pesquisa, por ser uma proposta mais flexível.

No total foram realizadas 17 entrevistas semiestruturadas, a partir de um roteiro contendo perguntas abertas e fechadas. Todas as entrevistas foram registradas em áudio após consentimento das participantes por meio do acordo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido do comitê de Ética de Pesquisa e participaram da pesquisa todas as mulheres associadas que durante as visitas de campo apresentaram interesse e disponibilidade de tempo. As entrevistas contemplaram um perfil diversificado do grupo, sendo realizadas com sócias fundadoras; associadas; membros do conselho e da diretoria; recém-associadas e ex-associadas, que estão reingressando na Associação. A maioria delas participa a cerca de três anos, há algumas recém-associadas que estão a menos de um ano e três sócias fundadoras que possuem cerca de nove anos.

Os dados coletados a partir das entrevistas e observações diretas foram analisados em uma perspectiva qualitativa, a partir de um “[...] processo indutivo a respeito do universo de vida cotidiano dos sujeitos, estando baseada nos mesmos pressupostos da chamada pesquisa qualitativa” conforme esclarece Alves e Silva (1992, p.61). E nesse sentido as falas das sujeitas entrevistadas também fizeram parte da redação do texto, sendo interpretadas e embasadas a partir das concepções teóricas debatidas no estudo.

Perfil das sujeitas da pesquisa

As mulheres participantes da pesquisa são predominantes da área rural (76% das entrevistadas), geograficamente, vivem em área ribeirinha na foz do Rio São Francisco², área de ocorrência natural de pimenta rosa, que possui alta incidência na região e caracteriza-se como um dos principais produtos extrativistas da região. Elas se autodenominam em sua maioria como ribeirinhas extrativistas. Essa autodenominação ocorre, principalmente em função do território que habitam e das funções que desempenham.

Entre o grupo associado, as mulheres entrevistadas são as principais responsáveis pelo trabalho doméstico e, também, pela mobilização de recursos monetários e não monetários para garantia de subsistência da família. Possuem idade que varia entre 20 e 50 anos, em que a maioria delas 47% (8 mulheres) encontram-se na faixa etária de 20-30 anos e outras cinco delas (29%) está na faixa etária de 31-40 anos.

Quanto ao estado civil, a maior parte delas é casada (65% do grupo) e possui uma minoria de divorciadas ou mães solo, com exceção de uma delas, todas são mães, com um número de filhos que varia entre 1 a 5 filhos. Elas possuem baixo nível de instrução, oito delas (47% do grupo) possuem somente o ensino fundamental incompleto, uma delas (6%) possui fundamental completo, quatro associadas (24%) têm ensino médio incompleto, três delas (18%) finalizaram o ensino médio e somente uma (6%) associada e atual presidenta da Associação está cursando o ensino superior.

A CULTURA DO EXTRATIVISMO ARTESANAL DE PIMENTA ROSA EM PIAÇABUÇU E O TRABALHO DAS MULHERES EXTRATIVISTAS ORGANIZADAS PELA “ASSOCIAÇÃO AROEIRA”

O território de Piaçabuçu integra a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica alagoana, abrigando em seu território duas APAS'S, a APA de Piaçabuçu (em nível federal) e a APA de Marituba do Peixe (em nível estadual). De acordo com Menezes *et al.* (2004), a Área de Proteção Ambiental (APA) cobre 18.800 ha do município de

² O Rio São Francisco é um curso de água de grande relevância econômica, social e cultural na região Nordeste, principalmente para as comunidades pesqueiras como ocorre em Piaçabuçu, Alagoas, Nordeste do Brasil.

Piaçabuçu (78,33%) e destina-se a preservação da vida silvestre e a proteção dos recursos naturais locais.

Desta maneira, o território natural de Piaçabuçu é rico em biodiversidade, tanto na fauna como na flora, o que torna o Extrativismo Vegetal de Produtos Florestais Não Madeireiros (PFNM) acontecer naturalmente, devido a grande variedade de ervas e espécies frutíferas presentes na região, que possuem valores ambientais e culturais que podem ser exploradas e valorizadas economicamente.

Todavia, há outros fatores históricos que conduziram a população local ao extrativismo, como a ausência de outras oportunidades produtivas, como a produção agrícola e demais atividades econômicas, tendo, portanto, o extrativismo como uma possível estratégia de subsistência em meio à situação de vulnerabilidade social e econômica que a população se encontra. Conforme Gomes *et al.* (2013) os indicadores sociais e econômicos desfavoráveis existentes na região são efeitos históricos da concentração fundiária e altos índices de pobreza, que reduzem as oportunidades de melhoria das condições de vida da população local³.

Diante das problemáticas existentes, como a situação de vulnerabilidade socioeconômica e as dificuldades no acesso ao mercado de trabalho, a população local desenvolveu uma lógica reprodutiva de múltiplas atividades para sua subsistência, a maioria delas sazonais, que se complementam. Atua principalmente na atividade pesqueira e serviços ligados ao setor turístico e ao extrativismo, que são atividades econômicas exploradas pelas características específicas da região e pelas condições naturais existentes, sendo um dos principais produtos extrativistas a pimenta rosa que possui alta incidência na região.

O ato de coletar frutas, sementes e raízes é uma ação comum na cultura local e é uma atividade realizada naturalmente pelas mulheres e crianças que seguem as mães na coleta, pois se constatou que há uma maior responsabilidade das mulheres nas atividades quando se trata da divisão social do trabalho do grupo doméstico. Historicamente, elas têm mantido papel principal no extrativismo, por sua maior predominância na atividade em relação à participação masculina.

³ O município de Piaçabuçu, com base no último Censo (2010) possuía 17.203,00 habitantes, destes 49,21% viviam em condição de pobreza, com renda domiciliar per capita mensal igual ou inferior a R\$140,00, e 23,35% da população se encontrava em condições de extrema pobreza, totalizando 72,52% da população em situação de vulnerabilidade social e econômica. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de 0,572 se encontrava na faixa de baixo IDH. No quesito de educação, no censo de 2010, havia no município, uma taxa de 40,1% de analfabetos na população adulta (com 25 anos ou mais), embora o índice tenha caído 22,91% nas últimas duas décadas (PERFIL MUNICIPAL, 2013).

A participação masculina, na maioria das vezes, ocorre apenas como uma ajuda às mulheres quando necessitam acompanhá-las as áreas de coleta. Essa função é exercida na maioria das vezes pelos filhos homens e pelos seus companheiros. Os homens geralmente dedicam-se a pesca ou aos trabalhos temporários no corte de cana-de-açúcar ou nos centros urbanos, com predominância na prestação de serviços na construção civil.

Ainda para Oliveira (2016, p.102), “[...] esta participação maior de mulheres no extrativismo se deve ao fato das mesmas tentarem reverter sua situação social através da diversificação de atividades para a geração de renda”. Tal percepção foi confirmada também no estudo, segundo os relatos das entrevistas, onde o extrativismo é visto como uma das poucas alternativas para a geração de renda:

[...] uma oportunidade de geração de emprego, que é complicada na região, além do trabalho como doméstica ou coleta de camarão e pesca (Entrevista 1).
[...] uma forma de ganhar um extra, para poder se manter e comprar as coisas para os filhos (Entrevista 3).
Um meio de ajudar na casa. Fazendo isso ai, indo pra associação, indo colher a pimenta e outras coisas também que a gente faz. Aqui onde a gente mora foram as mulheres que tomaram gosto pelo extrativismo. Os homens são mais apegados à pesca, eles gostam mais da pesca (Entrevista 13).

Quadro 1: Principais produtos extrativistas coletados pelas extrativistas da “Associação Aroeira” e sua orientação econômica, Piaçabuçu, Alagoas, Nordeste do Brasil, 2019.

Produtos extrativistas (nome científico da espécie frutífera)	Orientação Econômica
Pimenta rosa (<i>Schinus terebinthifolium raddii</i>)	Comercialização
Manga (<i>Mangifera indica</i>)	Autoconsumo/comercialização
Jenipapo (<i>Genipa americana</i>)	Autoconsumo/comercialização
Cambuí (<i>Myrcia laruotteana</i>)	Autoconsumo/comercialização
Araçá (<i>Psidium cattleianum</i>)	Autoconsumo
Mangaba (<i>Hancornia speciosa</i>)	Autoconsumo
Ingá (<i>Inga edulis</i>)	Autoconsumo/comercialização
Cajá (<i>Spondias mombin</i>)	Autoconsumo/comercialização
João melão (<i>Momordica L.</i>)	Autoconsumo
Coco de piaçaba (<i>obsoleto Palmae</i>)	Autoconsumo
Tamarindo (<i>Tamarindus indica</i>)	Autoconsumo/comercialização
Caju (<i>Anacardium occidentale</i>)	Autoconsumo/comercialização
Maçaranduba (<i>Manilkara bidentata</i>)	Autoconsumo/comercialização

Fonte: dados da pesquisa (2019).

Logo, ao analisar o trabalho das mulheres extrativistas participantes da pesquisa identificamos um grau de múltiplas atividades realizadas pelas mesmas, onde as principais ocupações baseiam-se na pesca e no extrativismo de coleta de frutas e sementes nas matas locais, com predominância da pimenta rosa. A pesca é a principal atividade econômica e o extrativismo desempenha caráter secundário no que se refere à geração de renda, posto à natureza da atividade que é sazonal⁴.

Quanto à agroindustrialização de alimentos, esta atividade também tem conquistado papel importante na geração de renda das extrativistas associadas que se dedicam também a produção de bolos, doces, pães, tapiocas e outros produtos da agricultura familiar local e ou agroextrativistas que são agroindustrializados como alternativa de agregação de valor dos produtos e geração de renda extra além do beneficiamento da pimenta rosa.

Sobre a renda das mulheres associadas, constata-se um nível de renda declarado baixo, com uma Renda Média Mensal das Associadas (RMMA) de R\$ 996,71, pouco menos de um salário-mínimo, cujo valor de referência na data da pesquisa era de R\$ 998,00. Foi verificado também, que oito entrevistadas (47,06 % delas) pertencem ao grupo com faixa de renda inferior a um salário-mínimo, sete (41,18%) possuem uma faixa de renda que se encontra entre um e dois salários-mínimos e duas delas (11,76 %) têm rendimentos acima de dois salários-mínimos.

Foi identificado ainda, que as que possuem melhor nível de renda combinam a pesca, como principal atividade, com a coleta extrativista, que ocorre geralmente no período de entressafra da pesca, aliado as demais atividades desenvolvidas na Associação, como a agroindustrialização de alimentos. A produção agrícola de subsistência, embora seja praticada somente por três associadas também tem relevância na composição da renda familiar, seja por meio da comercialização do excedente, como pela garantia de parte da pauta alimentar da família, garantido, portanto, a segurança alimentar do grupo doméstico. E as que possuem menor nível de renda entre o grupo pesquisado, são aquelas que não realizam nenhum outro tipo de atividade remunerada, sua única fonte de renda fixa familiar resulta do benefício social do programa de transferência de renda do governo federal, e realizam o extrativismo durante as safras (no caso da pimenta rosa dura 6 meses e os demais produtos tem períodos incertos ao longo do ano).

⁴ Quando a pesca é interrompida na época de defeso (período em que fica impedida a pesca, medida tomada para preservação das espécies) a renda é mantida pelo “Seguro Defeso” e pelo benefício social do governo Federal “Bolsa Família”. O trabalho assalariado entre elas é pouco comum, quando ocorre são informalizados e precarizados, na forma de diaristas, cozinheiras e cuidadoras de crianças.

Neste sentido, corroborando com Chaves (2001), a estratégia de produção e renda em comunidades ribeirinhas, por exemplo, exigem alternativas diversificadas, devido as típicas características do contexto socioambiental existentes.

Além disso, o grande desafio para sobrevivência das mulheres extrativistas e demais atores sociais do espaço rural, que mantém seus modos de vida ligados diretamente aos recursos naturais e aos ciclos econômicos da atividade é criar estratégias para manter um grau satisfatório de renda estável entre os ciclos, bem como alinhar suas condições de reprodução com a necessidade da preservação ambiental dos recursos chave de suas atividades.

O trabalho coletivo de beneficiamento da pimenta rosa e a agroindustrialização realizado pelas mulheres na “Associação Aroeira” de alguma maneira tem favorecido esse processo, posto que, o sistema socioprodutivo desenvolvido pelas mesmas, baseado na gestão coletiva e sustentável da cadeia da pimenta rosa e na diversificação produtiva minimizam os impactos da sazonalidade da sua renda ao longo do ano, diversificando os rendimentos financeiros tendo papel importante no manejo sustentável das áreas extrativistas.

O ASSOCIATIVISMO E O SISTEMA SOCIOPRODUTIVO DAS MULHERES EXTRATIVISTAS DA AROEIRA: UMA ANÁLISE DAS SUAS ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA

Analisando o histórico da “Associação Aroeira”, nota-se que esta foi fundada no âmbito de um projeto social “Projeto Aroeira” voltado à população extrativista em situação de vulnerabilidade socioeconômica e, de forma geral, a associação das extrativistas foi motivada pela busca de melhoria de suas condições de vida e de trabalho.

O “Projeto Aroeira” foi desenvolvido por uma organização não governamental (ONG), denominada Instituto Ecoengenho por meio de financiamento do Programa Petrobras Desenvolvimento e Cidadania, aprovado por Edital Público em 2010. O projeto em ação até 2014 (período de incubação) surgiu com objetivo de desenvolver um modelo de gestão sustentável para coleta da pimenta rosa na região do Baixo São Francisco (Piaçabuçu, Penedo, Santana do São Francisco e Neópolis) dominando a sua cadeia produtiva, contribuindo para a preservação da mata ciliar do rio São Francisco e

agregando valor ao produto final, através do desenvolvimento de nichos especiais de mercado (INSTITUTO ECOENGENHO, 2011).

Durante este processo foi construída a sede da Associação, Unidade de Beneficiamento e a capacitação das associadas para a produção, comercialização e também gestão do empreendimento solidário. Dentre os trabalhos desenvolvidos pelas mulheres associadas identifica-se a coleta extrativista conforme o modelo implementado de gestão coletiva e sustentável da cadeia produtiva da pimenta rosa, baseado na coleta sustentável e na agregação de valor ao produto extrativista, beneficiamento e comercialização coletiva via Associação.

Quadro 2: Estratégias do “Projeto Aroeira” para gestão da cadeia produtiva da pimenta rosa, Piaçabuçu, Alagoas, 2019.

Estratégias	Caracterização
Organização da comunidade extrativista	A primeira fase do projeto se ateve à mobilização e organização da comunidade extrativista. Foram identificadas lideranças locais e cadastrados 500 extrativistas para verificação do potencial do público alvo. Nessa fase, ocorreram encontros e capacitações focados no associativismo, na coleta extrativista, no processamento artesanal da pimenta rosa e a fundação da “Associação Aroeira”.
Adequação das técnicas de coleta	As técnicas de coleta adotadas visam boas práticas no manejo das áreas extrativistas, como: definição das áreas de coleta e ponto de maturação adequado; uso de equipamentos de corte e de poda adaptados. Também cerca de 20% dos frutos de cada árvore não devem ser coletados, a fim de preservar a espécie e garantir a alimentação da fauna local.
Domínio total da cadeia produtiva	Foi orientada pela inserção dos extrativistas em todas as etapas da cadeia produtiva, desde a coleta extrativista à comercialização final, a partir da criação do sistema de beneficiamento.
Desenvolvimento de sistema de beneficiamento coletivo	O sistema de beneficiamento é artesanal e baseado no manejo ecológico dos recursos naturais e no uso de energias renováveis. O processo produtivo faz uso de elevada mão de obra, necessárias aos vários processos de: coleta, separação, lavagem, secagem, desidratação, seleção, envase e rotulagem. A unidade possui capacidade de beneficiar uma tonelada de pimenta por mês.
Agregação de valor e acesso ao comércio justo	A agregação de valor ao produto final dá-se pelo processo de beneficiamento da pimenta rosa, e a comercialização direta realizada por meio da associação. Atualmente a pimenta é comercializada em unidades de 30 gramas por R\$10/unidade - valor pago pelo consumidor final. Também é feita a venda em granel por R\$130,00 kg, onde este valor confrontado ao valor pago pelos atravessadores (R\$1,50 kg) equivale ao incremento de renda 8.600%.

Fonte: Instituto Ecoengenh (2011).

Mesmo não conseguindo criar um mercado efetivo para a pimenta rosa, possuindo ainda dificuldades na sua comercialização (oscilações nas vendas, quanto à frequência e o volume), atualmente o grupo associado faz a coleta, beneficia e comercializa para o consumidor final agregando valor ao produto, o que não seria possível na sua ausência, quando a comunidade extrativista era na sua totalidade explorada por atravessadores, que compravam a pimenta logo após coleta por valores irrisórios que não expressavam o valor do trabalho realizado. Consta-se que o beneficiamento e a comercialização do produto via Associação gerou um incremento 8.600% no valor em comparação a venda realizada a atravessadores⁵.

A organização social do grupo por meio do associativismo, neste sentido, promoveu melhores condições produtivas e de trabalho, a construção de uma unidade de beneficiamento, transporte e equipamentos de coleta, programas de capacitação técnica para coleta e beneficiamento, minimizando as dificuldades inerentes à produção e ao acesso ao mercado. Lazzarotto (2002) e Cotrin (2018) corroboram com esta análise ao discutirem que o associativismo tende a ampliar as oportunidades econômicas no meio rural e qualifica uma importante alternativa para viabilização dos agricultores familiares e sustentação de suas unidades produtivas, em especial pela superação das muitas dificuldades existentes na produção, por ampliar as vantagens dentro da economia de mercado.

No que concerne a agroindustrialização de alimentos, esta atividade inicialmente passou a ser desenvolvida pelas mulheres como estratégia para geração de renda no período de entressafra da aroeira e, atualmente, se mantém ao longo de todo ano. Este setor é conduzido por um grupo de mulheres já associadas e novas associadas que se integraram ao projeto e foram capacitadas para produção de bolos, doces, tapioca, pizzas com massa de mandioca e pães, criando, portanto, uma alternativa econômica que reduziu o impacto da sazonalidade na renda das mulheres e vem favorecendo o processamento e valorização de outros produtos extrativistas e da agricultura familiar local.

⁵ A agregação de valor ao produto final dá-se pelo processo de beneficiamento da pimenta rosa, e a comercialização direta realizada por meio da Associação. Atualmente este incremento de renda é calculado em cima do valor de comercialização do quilo de pimenta beneficiada (R\$130,00) em comparação ao valor da mesma sem beneficiamento pago pelos atravessadores (R\$1,50 kg). Isto equivale ao incremento de 8.600% de renda. Além da venda em granel, há a venda do produto em varejo em caixas com 40 unidades de 30 gramas por R\$ 8,00 a unidade - valor pago pelo consumidor final, isto equivale um valor de R\$320,00 a caixa.

No que diz respeito à comercialização a “Associação Aroeira” possui atualmente dois sistemas de comercialização da pimenta rosa, caracterizados como circuitos curtos de comercialização devido a característica da venda direta ao consumidor final ou admitindo até um intermediário. Dentre eles, funciona o sistema de venda indireta a partir de parceria com comerciantes locais da área turística. Quanto ao sistema de venda direta, há a venda para os consumidores finais por encomenda e nas feiras livres.

A Associação também acessa os mercados de compras institucionais do governo federal: Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa de aquisição de Alimentos (PAA), somente para comercialização dos produtos (bolos, doces, tapioca, pizzas com massa de mandioca e pães) agroindustrializados⁶.

Considera-se como sendo elemento chave para a sustentabilidade da cadeia produtiva da pimenta rosa, o plano de coleta extrativista desenvolvido. Embora ainda haja práticas predatórias de coleta, cometidas pelos demais extrativistas não associados, que no longo prazo podem impactar ou impossibilitar a atividade extrativista na região, diferentemente desta lógica predatória, as mulheres associadas foram capacitadas para fazer o manejo e a coleta extrativista a partir de um modelo de coleta baseado em métodos ecologicamente adequados à sustentabilidade da atividade extrativista.

O modelo de coleta visa boas práticas ao manejo das áreas e conservação da biodiversidade local, como: definição das áreas de coleta e ponto de maturação adequado; uso de equipamentos de corte e de poda adaptados. Também cerca de 20% dos frutos de cada árvore não devem ser coletados, a fim de preservar a espécie e garantir a alimentação da fauna local (Instituto Ecoengenho, 2010).

Nota-se ainda que, o uso comum das áreas extrativistas e a dependência da comunidade local a estes recursos naturais reforça a necessidade de se pensar a sustentabilidade da cadeia produtiva extrativista e neste contexto, a “Associação Aroeira” e, sobretudo, as mulheres associadas têm tido um papel importante, pois são detentoras de um vasto conhecimento ecológico do extrativismo da pimenta rosa.

Este papel também é reforçado pelas extrativistas, conforme perspectiva de Sabourin (2010), pelo fato de depender de uma mesma fonte limitada de recursos, e fato de fazer em conjunto também cria um sentimento de grupo, onde cada indivíduo coopera entre si para manter a estrutura do qual se beneficiam. Esse tipo de cooperação é uma

⁶ Os processos de compra também incluem produtos da agricultura familiar (frutas, legumes e verduras) das associadas que possuem produção agrícola e realizam-se de três em três meses, sendo renovados dependendo das condições e necessidades do município.

estrutura elementar de reciprocidade binária (o *face to face*) baseada no compartilhamento ou na partilha (OSTROM, 1998 *apud* SABOURIN, 2010).

Os mutirões, a locação coletiva de transportes (carros ou barco) para acessar as áreas de coleta, bem como, a divisão dos seus custos são alguns outros exemplos identificados e que constituem formas de ajuda mútua e de reciprocidade importantes para reforçar os valores de socialização, confiança mútua e cooperativismo entre o grupo associado.

Verificam-se também algumas conquistas do grupo associado oportunizadas pelo projeto associativo, tais como: o acesso de políticas públicas (PAA e PNAE) e aos novos projetos sociais e de geração de renda fomentados pelas instituições públicas de nível federal, estadual e municipal, no âmbito do fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários e do agroextrativismo sustentável que estão sendo implementados atualmente na Associação.

E no que diz respeito à organização das mulheres, verificou-se que, os novos papéis assumidos pelas mesmas (participação em reuniões da Associação e em cursos, intercâmbios, eventos, feiras e o contato com técnicos e agentes institucionais e demais atores envolvidos diretamente ou indiretamente com a Associação) têm ampliado sua experiência social, ultrapassando os limites do espaço privado (lar) e participando do espaço público e do sistema produtivo. Estes espaços lhes conferem novos aprendizados e capacidades, o desenvolvimento de novas relações sociais, ganhos de autoestima e, também, uma maior afirmação social dentro e fora grupo doméstico, traduzida na expressão “*A gente é conhecida como mulher da aroeira, as meninas da aroeira, assim a gente é conhecida* (E1)”.

Deste modo, identificamos que estas questões também influenciam na forma como organizam seus modos de vida e suas estratégias reprodutivas que não necessariamente tem a ver com geração de renda e sim como elas definem seus papéis sociais e como elas passam a se enxergarem.

Também constatamos que aproximação das mulheres de todo esse processo fomentou a conquista por parte das mesmas de maior afirmação social. O termo “extrativista” é pouco popularizado na região, sendo mais comum a expressão “catadora” e a partir de então a identidade de “Extrativistas” tem sido uma construção coletiva das mulheres integrantes da “Associação Aroeira” e que vem se tornando mais difundida na comunidade local em função do trabalho desenvolvido por elas. Logo, a organização das

mulheres elevou a atividade ao status de trabalho e ao fortalecimento da identidade “mulheres extrativistas da aroeira” como revela fala da associada presidenta:

A partir da associação falar que é extrativista, é vista como uma atividade, que tem nome e é reconhecida. A pimenta rosa como produto a cada ano tem se tornado mais valorizada. Hoje tem pessoas que têm orgulho de falar que faz extrativismo (Presidenta da Associação Aroeira, 2019).

O trabalho, também, é instrumento pelos quais as pessoas constroem sua identidade enquanto sujeitos na sociedade. Segundo Coutinho, Krawulski e Soares (2007, p.34) o trabalho é uma “[...] categoria fundamental, embora não única para compreensão das relações sociais, dos processos identificatórios e do modo de ser dos sujeitos, pois a dimensão ocupacional ainda ocupa um grande espaço na vida das pessoas, permeando as relações sociais”.

Logo, no caso das mulheres estudadas, o trabalho associado favoreceu a construção de sua identidade enquanto extrativistas e elas passam a se reconhecerem como mulheres da aroeira. Esta identidade construída perpassa o grupo, as tornam socialmente mais reconhecidas pela comunidade em função de seu trabalho e, portanto, esta maior “[...] valorização e reconhecimento do trabalho das mulheres, possibilitados pelo trabalho associado, parecem ser capazes de devolver a elas a condição de sujeitos na sociedade” (CASTRO, 2014, p.14).

Para Brandão (2016), este é um valioso avanço, uma vez que as mulheres rurais, em determinados contextos menos favoráveis, só ocupavam estes espaços (produtivos, social, econômico e políticos) na maioria das vezes, de maneira passiva, ou secundária ao papel do homem. Neste contexto, Viana Silva e Valente (2013, p. 396) destacam alguns dos benefícios atrelados à associação e das ações coletivas dela decorrentes, como, o:

[...] fortalecimento organizacional; construção de redes e alianças sociais; aprofundamento de normas e valores (tais como a solidariedade, a reciprocidade, a confiança) que contribuem para o alcance do bem comum; modificação das relações sociais no interior do assentamento e, particularmente, as relações de poder (no caso, ligadas a questões de gênero) com influência sobre as políticas públicas, a partir do maior acesso à tomada de decisão e ampliação das oportunidades de desenvolvimento, de modo a enfraquecer ou superar os sistemas de exclusão e de discriminação.

Portanto, compreende-se que ao se organizarem por meio do associativismo e do cooperativismo, as mulheres promoveram maiores condições produtivas e de capacitação técnica para valorizarem o trabalho extrativista, bem como, o processo coletivo de

formação e agregação de conhecimento possibilitou a construção de um capital humano e social importante para transformação de sua realidade. Brandão (2016) colabora com essa percepção ao argumentar que nos processos de organização e participação social desenvolvem-se relações de cooperação, fator este que se classifica como eixo importante para o fortalecimento e conquista das mulheres de seu espaço na esfera política e social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo geral, a primeira questão a se considerar neste trabalho é que o associativismo, enquanto forma de organização social e produtiva, é elemento chave para a reprodução socioeconômica das mulheres extrativistas da “Associação Aroeira” e de seu grupo doméstico.

E com base nos resultados obtidos na pesquisa, foi possível identificar algumas particularidades em relação ao modo de vida e as estratégias de sobrevivência das mulheres ribeirinhas extrativistas, dentre elas: a) o protagonismo no extrativismo da aroeira e no agroextrativismo local, ou seja, há uma presença majoritária das mulheres nas atividades produtivas que representam importância para a renda familiar; b) as mulheres acumulam grande conhecimento quanto à atividade extrativista e contribuem diretamente para conservação da biodiversidade local, c) liderança das mesmas no processo organizacional do grupo extrativista por meio do associativismo; d) a adesão ao associativismo como fator importante a organização socioprodutiva das mulheres e do grupo extrativista; e) múltiplas ocupações como fator importante para geração de renda; f) beneficiamento artesanal da pimenta rosa como estratégia de agregação de valor ao produto extrativista; g) Comercialização em circuito curto; h) diversificação da renda com a agroindustrialização de alimentos para minimizar a sazonalidade dos ingressos financeiros ao longo do ano.

Nota-se ainda que, a Associação tem fomentado também um processo de inclusão social e produtiva das mulheres extrativistas. Isto porque, a organização delas possibilitou uma alternativa à sua organização socioprodutiva e a possibilidade de participar ativamente de todos esses processos econômicos, assim como, passam cada vez mais a serem devidamente notadas como atores sociais e sujeitos políticos ao alcançarem maiores níveis de reconhecimento social.

REFERÊNCIAS

1. ALAGOAS. Perfil Municipal. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Piaçabuçu, AL, 2013. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/pia%C3%A7abu%C3%A7u_al>. Acesso em 02 jan. 2018.
2. ALVES, Z. M. M. B.; SILVA, M. H. G.F D. da . Análise qualitativa de dados de entrevista: uma proposta. **Paidéia**, Ribeirão Preto, n.2, p.61-69, Fev./Jul. 1992.
3. BARBOSA, V. O. Sou quebradeira eu sou! Quebrando coco eu vou!: movimento social, gênero e identidades. In: **II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia**. Florianópolis, SC: UFSC, 2007, p. 681-696.
4. BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. Florianópolis, SC, **Em Tese**, v. 2, n.1, janeiro-julho/2005, p. 68-80.
5. BRANDÃO, T. F. B. **Mulheres Empoderadas: uma experiência de gestão no sertão nordestino**. 166f. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural)–Centro de Ciências Agrárias, UFSCAR, Araras, SP, 2016.
6. BRUNO, R. *et al.* Organização produtiva das mulheres assentadas da reforma agrária. In: BUTTO, A.; DANTAS, I (orgs.). **Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011, p.55-84.
7. CARVALHO, C. D. d. **Análise qualitativa de um projeto com uma família de agricultores no assentamento rural fazenda Pirituba II**. 115f, Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento rural), São Carlos: Ufscar, 2008.
8. CASTRO, M. P. **A auto-organização feminista como processo de aprendizagem coletiva: a experiência da Rede Xique-Xique**. Dissertação (Mestrado em Educação)– Faculdade de Educação, USP, São Paulo, 2014.
9. CHAVES, M. do P. Socorro Rodrigues. **Uma experiência de Pesquisa-ação para Gestão comunitária de tecnologias Apropriadas na Amazônia: o estudo de caso do assentamento de reforma agrária Iporá**. Tese de Doutorado. UNICAMP/CIREC, Campinas, 2001.
10. COTRIM, D. S. Organização social e associativismo rural. In: GEHLEN, I.; MOCELIN, D. G. (org.). **Organização social e movimentos sociais rurais**. 2 ed. Porto Alegre: UFRGS, 2018. p.55-63.
11. COUTINHO, Maria Chalfin; KRAWULSKI, Edite; SOARES, Dulce Helena Penna. Identidade e trabalho na contemporaneidade: repensando articulações possíveis. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre , v. 19, n. spe, p. 29-37, 2007 .
12. DANTAS, I. A construção da economia feminista na Rede Xique-Xique de comercialização solidária. **Revistas Agrícolas**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 27-30, 2005.
13. FRANÇA FILHO, G. C de. A Temática da Economia solidária e suas implicações originais para o campo dos estudos organizacionais. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 37, n. 1, jan. 2003, p.11-32.

14. _____. Terceiro setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais. **Bahia análise & Dados**. Salvador, v.3, nº1, p. 9-19, junho 2002.
15. FRANÇA, G. B. et al. Gênero e território: a participação das mulheres nas práticas de sustentabilidade e a afirmação da territorialidade enquanto elemento de cidadania. **Cadernos da Escola de Direito**. Centro Universitário Autônomo do Brasil, Paraná, v.3, n.16, p. 294-306, 2015.
16. GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
17. GOMES, L. J. *et al.* **Pensando a biodiversidade: aroeira** (*Schinus terebinthifolius* Raddi). São Cristóvão: UFS, 2013.
18. HESPANHOL, R. Ap. de M. As organizações de produtores rurais na França. **Geosul**, Florianópolis, v. 22, n. 44, p.155-174, jul./dez. 2007.
19. INSTITUTO ECOENGENHO. Caderno Técnico: Síntese do Projeto Aroeira. Maceió: Ecoengenh, 2011.
20. LAZZAROTTO, J. J. Associativismo rural e a sua viabilização: estudo de caso comparativo de duas associações de produtores rurais do município de Pato Branco (PR). In: Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós Graduação em Administração, 31, 2002, Salvador. **Anais...** (On-line). Salvador: ANPAD, 2002. p.1-14. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/enanpad2000-org-1033.pdf>> Acesso em 20 jul. 2019.
21. MENEZES, A. F. de; CALVACANTE, A. T.; CASADO AUTO; P. C. **A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Estado de Alagoas**. São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2004, 56p.
22. OLIVEIRA, M. L. S. *et al.*. Do silêncio a palavra: relações de gênero associadas a processos emancipatórios em um assentamento de reforma agrária no sul de Minas. In: Congresso Brasileiro de Sociologia, 15, 2011, Curitiba. **Anais do XV Congresso Brasileiro de Sociologia**. Curitiba, PR: UFPR, 2011, p. 1-20.
23. OLIVEIRA, A. J. **Capital social e tecnologia social: um estudo de caso na Associação Aroeira em Alagoas**. Salvador, 2016. 162f. Tese (Doutorado Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento) – Faculdade de Educação, UFBA, Salvador, 2016.
24. RICCIARDI, L.; LEMOS, R. J. **Cooperativa, a empresa do século XXI: como os países em desenvolvimento podem chegar a desenvolvidos**. São Paulo: LTr, 2000.
25. SABOURIN, E. . Acesso aos mercados para a agricultura familiar: uma leitura pela reciprocidade e a economia solidaria. **Rev. Econ. Ne**, Fortaleza, v.45, suplemento especial, p. 21-35, out./dez., 2014.
26. _____. Manejo dos Recursos Comuns e Reciprocidade: os Aportes de Elinor Ostrom ao debate. **Sustentabilidade em Debate**, vol.1, n.2, 2010.
27. _____. Gestão territorial e economia social e solidária: uma análise pela reciprocidade. **Guaju**, Matinhos, v.1, n.1, p.3-26, jan./jun. 2015.

28. _____. **A reciprocidade e os valores éticos da solidariedade econômica.** In: Congresso Brasileiro de Sociologia, 13, 2007, Recife: UFPE, 2007. v.1.
29. SABOURIN, E.; MILANI, L (trad.). **Camponeses do Brasil:** entre a troca mercantil e reciprocidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 336p.: il. (terra viva). (ano publicação original, 1958).
30. SILVA, V. Z. Da. **Espaços coletivos de trabalho: entre a produção e a reprodução.** Belo Horizonte, 2014. 378f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura e Urbanismo, UFMG, 2014.
31. VASCONCELLOS, B. M. Mulheres rurais, trabalho associado e Agroecologia. In: NOVAES, H.; MAZIN, Â. D. ; SANTOS, L.(Orgs). **Questão agrária, cooperação e agroecologia.** São Paulo: Outras Expressões, 2015, p.341-370.
32. VIANA SILVA, C. M.; VALENTE, A. L. E. F.. Um estudo sobre a construção territorial do assentamento Nova Lagoa Rica. **Revista de Economia e Sociologia Rural,** Piracicaba, v. 51, n. 2, p. 387-400, abr/jun, 2013.